

História, resistências e conexões no agrário mexicano: da globalização da agricultura à formação do EZLN

History, resistances and connections in the Mexican agrarian: from the globalization of agriculture to the formation of the EZLN

Émerson Neves da Silva

emerson.silva@uffs.edu.br

Professor associado - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil

Doutor em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil

emerson.silva@uffs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-0013-969X>

Resumo:

O presente trabalho analisa a conexão histórica do estabelecimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) com o processo de globalização da agricultura no México. A inserção dependente no capitalismo global provocou profundas mudanças tecnológicas e a submissão da agricultura mexicana ao capital financeiro e industrial. Nesse contexto é gestado historicamente o EZLN. A análise utiliza a abordagem teórica da história global para compreender a interação dialética dos sujeitos sociais com a modernização capitalista da agricultura. O movimento é compreendido enquanto uma experiência de resistência social no território latino-americano, constituída a partir da dialética do conflito, ou seja, da capacidade dos atores sociais mobilizarem saberes populares e científicos no processo de luta social ao enfrentamento das contradições econômicas, sociais e políticas originadas pela globalização da agricultura. Nesse fazer histórico, os zapatistas produziram a identidade coletiva e o ideário do grupo.

Palavras-chaves: EZLN; Globalização da agricultura; História global.

Abstract:

The present work analyzes the historical connection between the establishment of the Zapatista National Liberation Army (EZLN) and the process of globalization of agriculture in Mexico. The dependent insertion in global capitalism provoked profound technological changes and the submission of Mexican agriculture to financial and industrial capital. In this context, the EZLN was historically created. The analysis uses the theoretical approach of global history to understand the dialectic interaction of social subjects with the capitalist modernization of agriculture. The Movement is understood as an experience of social resistance in Latin America, constituted from the dialectic of conflict, that is, the ability of social actors to mobilize popular and scientific knowledge in the process of social struggle to face economic, social and economic contradictions. policies arising from the globalization of agriculture. In this historical process, the Zapatistas produced the group's collective identity and ideals.

Keywords: EZLN; Globalization of agriculture; Global history.

Introdução

A América Latina é marcada pela subordinação econômica do norte global. Nessa perspectiva, Fernandes (2006) caracteriza essa relação como desenvolvimento dependente, o que contribui para a irrupção de conflitos sociais e culturais, ou seja, essa relação dependente estabelece o ajuste da economia latino-americana ao capitalismo global. Eric Wolf (1984), ao examinar a história mexicana, boliviana e cubana no século XX, constata que esses países tiveram significativas disputas sociais que culminaram com processos revolucionários em virtude das contradições socioeconômicas geradas pela inserção desses países no cenário econômico internacional de forma desfavorável.

A globalização da agricultura ocorrida a partir da década de 1950 fortaleceu os laços de dependência econômica da região frente ao capital transnacional ligado à produção de alimentos. Na base desse processo estava a modernização produtiva baseada na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação, visando qualificar e aumentar a produção agropecuária. Para Elias (2002), esse conjunto de fatores determinou novas dinâmicas socioespaciais de forma que a agropecuária passasse a ser realizada globalmente. A natureza, em especial a produção agropecuária, é subordinada à tecnologia e ao capital na medida em que o fazer da agricultura passa a depender de insumos gerados pela indústria, transformando a produção de alimentos.

Para Porto-Gonçalves (2017), a partir da década de 1960 inaugura-se a etapa da globalização, caracterizada como globalização neoliberal ou período técnico-científico-informacional. Segundo o autor, o padrão de consumo dos países dominantes demanda o aumento crescente das importações de recursos naturais da “periferia” para esses países, ao passo que as exportações de matérias-primas para os países industrializados passou a ter importância estratégica para as economias do sul global, como ficam evidentes os casos do Brasil e da Argentina. “Mesmo países como o Brasil e Argentina que, no contexto da América Latina, têm um peso significativo do seu mercado interno, cada vez mais dependem da soja e da exportação de grãos em geral para obter o superávit primário” (PORTO-GONÇALVES, 2017: 45).

De fato, em meados do século XX abre-se um novo período de “ajuste” da sociedade latino-americana às novas características da economia mundial. A partir da década de 1960, o capitalismo mundial iniciou o processo de internacionalização da produção, ou seja, as empresas

transnacionais passaram a procurar novas áreas de produção que possibilitassem a ampliação da acumulação capitalista (baixos salários e novos mercados consumidores). Essa expansão de capital industrial e financeiro, que modernizou a produção agropecuária, estabeleceu a inserção do território latino-americano na globalização da agricultura.

Por sua vez, a promoção da modernização tecnológica da produção agropecuária foi acompanhada da integração da América Latina aos mercados globais. Nessa perspectiva, Ploeg (2008) considera que o avanço da industrialização da agricultura implica a desconexão da produção e do consumo de alimentos com o espaço. Considera também que a agricultura capitalista está intimamente ligada ao fenômeno que denomina de “impérios alimentares”, pois é extremamente centralizado e “constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial” (PLOEG, 2008: 19-21).

As contradições geradas com a globalização da agricultura latino-americana colocam no horizonte das comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas e trabalhadores rurais a defesa dos direitos e da gestão autônoma dos seus territórios. Longe da postura passiva, há uma rica história de resistência e construção coletiva de identidades, bem como o processo dialético de construção de experiências de organização social e econômica inspiradas em relações comunitárias.

O presente texto analisa uma das mais expressivas resistências populares na América Latina à globalização da agricultura e suas estratégias constitutivas, como, por exemplo, a modernização produtiva da agricultura, a expansão de capitais sobre o território camponês, o aumento da concentração fundiária etc.

Dessa forma, o objetivo é analisar a conexão do surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no estado mexicano Chiapas. Partimos da hipótese de que as transformações decorrentes da modernização capitalista da agricultura, sobretudo a partir da década de 1970, relacionadas ao amplo processo caracterizado como globalização da agricultura, impactaram diretamente na realidade social do território de Chiapas, determinando a resistência popular.

De outra parte, percebemos o surgimento do sujeito histórico zapatista como ator social que atuou ativamente na constituição da identidade coletiva e ideária do grupo a partir da categoria que a denominamos de “dialética da resistência”, ou do conflito. Essa luta é permeada

pela cultura popular, em especial a religiosidade. A dialética do conflito articula os saberes representativos do povo subalterno latino-americano, os conhecimentos científicos e a experiência dos sujeitos com o enfrentamento às contradições econômicas, sociais e políticas relacionadas à herança colonialista.

Para estudar o objeto proposto, utilizamos a abordagem da História Global. Nessa perspectiva, as categorias conexão e interação colaboram para a leitura histórica da reação popular ao processo de globalização da agricultura. Para Conrad (2019: 83), no lugar de centrar a análise historiográfica nas macrocomparações, o estudo do global enfoca a análise nas conexões, visando contemplar a fluidez e volatilidade com que as interações ocorrem.

Para Conrad (2019: 131), a abordagem da História Global coloca em evidência o exame das possibilidades de integração estrutural. Nessa perspectiva é possível compreender que o território em conflito foi incorporado a um projeto nacional de desenvolvimento, o qual, por sua vez, está inserido no contexto de internacionalização do capital.

Para analisar essa relação, utilizamos a metodologia da micro-história, problematizando, portanto, enquanto escala de análise, a conexão/interação entre o local e o global a partir da experiência de resistência do movimento¹ ao Estado e ao mercado. Essa perspectiva teórica possibilita analisar as especificidades presentes no processo de conexão da expansão da modernização capitalista para o território em relação a um processo histórico de globalização da agricultura. Para Henrique Espada Lima (2006), a capacidade de integrar a singularidade da realidade histórica aos processos sociais de “grande fôlego e longo alcance” é uma das principais contribuições da micro-história para a abordagem da História Global.

Modernização da agricultura mexicana

Ao final da Segunda Guerra Mundial abriu-se um novo período de desenvolvimento do capitalismo. A hegemonia econômica e política passou a ser exercida pelos Estados Unidos, que assumiram o papel de conduzir o capitalismo diante da “ameaça do socialismo soviético”. Através da implementação do plano de reconstrução da economia europeia, denominado “Plano Marshall” (1947-1951), contribuiu efetivamente para a transnacionalização do capitalismo.

¹ A categoria movimento social utilizada compreende o movimento social enquanto expressão, ao mesmo tempo, de um conflito social e um projeto cultural. Por meio do conflito, o movimento social é “o esforço de um ator coletivo para se apossar dos valores, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder” (TOURAINÉ, 1994: 253-254).

Nesse contexto emergiram as condições para a globalização da agricultura que se valeu do progresso tecnológico ocorrido com a guerra. Esse processo visou aumentar a produtividade na agricultura e contemplou a necessidade de abastecimento alimentar mundial. Assim surge um novo modelo tecnológico denominado de “revolução verde”, composto por novas práticas e métodos agrícolas que se baseavam no uso de insumos industriais, em especial fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas – tratores, colheitadeiras – na produção.

Na base das mudanças do modelo de produção estavam as inovações tecnológicas. Com a incorporação de conhecimentos de química, mecânica e biotecnologia foi possível superar a dependência dos fatores naturais na produção, ou seja, as inovações tecnológicas possibilitaram a redução do tempo de produção, que até então era superior ao tempo de trabalho necessário à realização do ciclo biológico das plantas e animais (ELIAS, 2003: 23). A articulação entre ciência e tecnologia na gênese do modelo global de produção agropecuária e de agroindustrialização de alimentos é expressão do período histórico que Santos (1994) caracteriza como “período técnico-científico-informacional”, marcado pela modernização tecnológica. Nesse período, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, as inovações tecnológicas substanciaram uma ordem econômica mundial que conta com a participação direta ou indireta de todos os países. Nessa perspectiva, Santos afirma:

O próprio processo de internacionalização agora tem direito a outro nome. Trata-se de fato de uma globalização que deixa de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço. (SANTOS, 1993: 11)

De outra parte, com o período técnico-científico-informacional houve reconfiguração das relações econômicas dos países e seus blocos, determinando a configuração de uma nova Divisão Internacional do Trabalho e reorganização dos territórios dos países (Elias, 2003: 41). É importante destacar que a integração econômica do sul global ocorreu de forma desigual e seletiva, em especial dos países periféricos, uma vez que houve hegemonia do conhecimento tecnológico e econômico do norte global.

A década de 1970 foi emblemática para o México, como para toda a América Latina. O modelo de desenvolvimento alicerçado na substituição de importações esgotara-se. Segundo Diego Piñeiro (2004), essa crise foi seguida pelo processo de liberalização e internacionalização da economia mexicana:

O processo de industrialização estava estagnado, a produção agrária voltada ao mercado interno encontrou o seu limite, os processos inflacionários corroíam a renda dos assalariados e com isso a base de sustentação do modelo. A partir da década de 1970 começa um processo de liberação econômica, abertura das fronteiras, ajuste econômico e desregulamentação estatal [...] (PIÑEIRO, 2004: 42).

A industrialização nacional inspirada pela intervenção do Estado deu lugar à penetração gradual do capital externo. Colocando de outra forma, a concepção de desenvolvimento econômico foi substituída pela ideia de crescimento econômico, que propagaria seus benefícios a todos os segmentos da sociedade (PIÑEIRO, 2004: 44). Essa nova compreensão econômica limitaria a participação do Estado na vida econômica do país e descomprometeria o setor privado de questões sociais, já que o simples crescimento econômico geraria melhores condições de vida para a população, mesmo que inicialmente causasse algumas contradições, como, por exemplo, desemprego, disputa por terras, êxodo rural, aumento da pobreza e violência urbana e no campo.

Nesse contexto, o estado de Chiapas não assistiu imune ao processo de globalização da economia mexicana; conectado a esse processo, teve os problemas sociais, já existentes, agravados. Nessa perspectiva, o estado de Chiapas representava 3,7% do território mexicano, com extensão territorial de 74.000 Km² e 3.200.000 habitantes. É uma região onde 80% das habitações tinham ainda o piso de “chão batido”. Proporcionalmente, 36,9% da população ocupada recebia um salário mínimo, ao passo que a média nacional era de 69,2%. Mesmo sendo o estado produtor de 60% da energia elétrica do país, 34% da sua população não dispunha de luz no domicílio. Por outro lado, 76% das terras estavam em mãos privadas. Chiapas configurava-se a região do país com maiores problemas na área de saúde. A cada ano morriam 15 mil indígenas, vitimados por doenças que em outras localidades do país já estavam erradicadas. Indicativo dessa realidade é o índice de 7,3% de mortalidade infantil, ao passo que a média nacional era de 4%. As principais causas de morte de menores de um ano, 35,1% dos casos, decorriam de enfermidades surgidas no período perinatal; 18,1% de doenças infecciosas intestinais e 12,2% de pneumonia (URZÚA, 1997: 47).

De outra parte, no início da década de 1970, o governo federal importou milho e azeites comestíveis para abastecer e fomentar a produção agroindustrial e agroexportadora, o que impactou diretamente nas condições de subsistência das comunidades indígenas de Chiapas. De imediato provocou o desestímulo da agricultura de alimentos. Assim, de forma pioneira, a região

do Noroeste de Chiapas, “onde viviam os tzeltales, cultivava-se o milho, o feijão e a cana-de-açúcar, depois foram substituídas pelo café e, por último, por pastos, mudanças que obedeciam ao novo modelo” (ARELLANO, 2002: 28). De fato, essa alteração produtiva foi responsável pela concentração fundiária e precarização das condições de vida das comunidades indígenas, o que estimulou o processo de resistência, sendo um dos significativos antecedentes para a organização do EZLN.

O novo modelo produtivo baseou-se nos complexos agroindustriais para exportação. O Estado estimulou o estabelecimento desses empreendimentos através de crédito e taxas de juros favoráveis, diminuição de impostos da agricultura, taxas de câmbios ideais para a exportação, controle da força de trabalho e desestímulo à organização sindical e rebaixamento do salário real dos trabalhadores agrícolas (PIÑEIRO, 2004: 46). Com esse espírito, o presidente Luis Echeverría empregou na primeira metade da década de 1970 uma política de expansão agroindustrial, a qual trazia consigo o aumento da produção pecuária sobre áreas indígenas, o que causou enormes conflitos sociais (MORENO, 2001: 127).

Cabe destacar que esse modelo agroindustrial não era restrito ao México. Longe disso, era parte do processo de modernização agrícola e de inserção das economias latino-americanas ao cenário da globalização da agricultura. Essa globalização reorganizou as fronteiras e o trabalho mundial. Forças motrizes desse fenômeno, as transnacionais, “planejam, tecem, realizam e desenvolvem as suas atividades por sobre fronteiras e regimes políticos, além das diversidades culturais e civilizatórias” (IANNI, 1996: 43). A integração viabilizou a expansão de capitais financeiros e indústrias no setor, valorizando economicamente esse segmento que teve o padrão produtivo alterado, modernizado, para facilitar a reprodução do capital. Pode-se dizer que ao invés da perda de importância da agricultura houve sua revalorização a partir da reestruturação produtiva. Surgiram, assim, os grandes complexos agroindustriais, que de forma verticalizada determinaram o ritmo de trabalho, tecnologia e produção no campo.

O término do governo de Luis Echeverría não concluiu o processo de modernização da economia mexicana. O novo presidente José López Portillo prosseguiu com a adequação do setor agropecuário do país ao mercado internacional. Caracterizou a ocupação de terra como delito comum e criminalizou a organização dos camponeses. De outra parte, favoreceu o acesso de latifundiários às terras expropriadas (ARELLANO, 2002: 31), estabelecendo, dessa forma, proteção ao capital privado investido no campo mexicano.

Na transição da década de 1980 para a de 1990, despontou algo de “novo” no devir histórico das transformações econômicas do México. O Banco Mundial, após o período em que impôs a vários países o ajuste estrutural de suas economias, passou a qualificar a questão da terra como essencial para a estratégia de desenvolvimento rural da economia mundial (ROSSET, 2004: 17).

A reforma agrária, polêmica em muitos países até então, foi ressignificada pelo Banco Mundial. O conteúdo dado a essa concepção de reforma agrária foi a alteração fundiária mediada pelo mercado. Na realidade, o Banco Mundial “tenta se apropriar da expressão, para fazer com que tenha o sentido que ele quer – que é basicamente a abordagem neoliberal do mercado aplicada à terra – e não o que os movimentos sociais ou o uso histórico possam sugerir” (ROSSET, 2004: 16).

Como justificativa para a nova prática do Banco Mundial, em relação à reforma agrária, estão três fatores: crescimento, investimento e redução da pobreza. Estudos de economistas do banco indicam que a distribuição desigual das terras retarda o crescimento; sendo assim, alguma redistribuição poderia ajudar o crescimento. De outra parte, a análise do Banco Mundial considerava que o investimento em áreas rurais na América Latina, na África e na Ásia era pequeno; portanto, acreditava que o maior fluxo de investimento privado nessas áreas favorecia o crescimento econômico. Em relação ao fator redução da pobreza, pode-se concluir que é mais retórica, uma vez que observados os estudos de casos indicam que onde foi aplicada a estratégia de reforma agrária de mercado não houve redução dos índices de pobreza (ROSSET, 2004: 17).

O projeto de reforma agrária do banco segue certa ordem de encaminhamentos. Vejamos:

Quadro 1: Reforma agrária baseada no mercado.

Etapas da reforma	Objetivos
1ª Etapa – Cadastro, registro, demarcação de terras	Colocar em ordem a situação da posse de terra, uma vez que o investidor capitalista necessita proteger o seu capital.
2ª Etapa – Privatização de terras públicas e comunais	Substanciar o mercado de terras.
3ª Etapa – Titulação com títulos alienáveis	Permitir que os títulos de propriedades pudessem ser alienados, ou seja, vendidos ou dados como garantia.
4ª Etapa – Estímulo ao mercado de terras	Promover a comercialização de terras, inclusive permitindo a penetração de investidores externos.

5ª Etapa – Bancos de Terra/distribuição através do mercado.	O acesso à terra realizado apenas através da compra.
6ª Etapa – Créditos para os beneficiários	Os compradores financiavam o crédito disponibilizado para a compra da propriedade. Geralmente os valores pagos eram acima do valor de mercado.

Fonte: ROSSET, 2004: 18.

Em harmonia com o espírito de reforma agrária orientada pelo Banco Mundial na década de 1990, o presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, em 1991, anunciou a intenção de emendar o artigo 27 da Constituição de 1927. Esse artigo, como uma herança da Revolução Mexicana, garantia o direito à terra através dos *ejidos*.² Em 1992, a reforma do artigo 27 foi aprovada por 388 votos a favor e 45 contra (TANAKA, 2004: 124). A partir de então os *ejidos* seriam passíveis de titulação individual da terra e, por conseguinte, as áreas podiam ser comercializadas.

A privatização de terras comunais no México viabilizadas pela reforma do artigo 27 da Constituição, operou por intermédio do Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares (PROCEDE) (MÉXICO, 2007). Esse programa cumpriu a primeira etapa do processo de modernização da estrutura fundiária e agrária proposta pelo Banco Mundial: a titulação e demarcação das terras. Uma vez realizada a titulação individual do *ejido*, a propriedade podia ser comercializada.

Como consequência do processo de titulação das propriedades comunais, instalou-se uma série de conflitos entre os *ejidados*:

Em algumas comunidades, o Procede introduziu um sentimento de insegurança. Para obter os direitos da propriedade, o programa tem de confirmar os limites entre os ejidos e as parcelas individuais, resolver disputas internas e distribuir títulos. O Procede gerou debates e acirrou os conflitos por limites das terras, particularmente com ejidatarios ausentes, sobre o direito de herança de mulheres e crianças não-ejidatarios e o direito de propriedade de terra que havia sido ilegalmente utilizada em hipotecas (TANAKA, 2004: 127).

Por outro lado, após a certificação da terra, a segunda etapa da modernização era ser efetivada. O certificado era convertido em um título de propriedade privada, necessitando apenas da solicitação à Assembleia Geral do Ejido e sua aprovação. Permissão concedida, a terra passa ser passível de comercialização, deixando, portanto, de pertencer ao ejido (TANAKA, 2004: 128).

² O termo “ejido” refere-se à propriedade comunitária indígena.

A resistência do EZLN

Na manhã do dia 1º de janeiro de 1994, a perplexidade instalou-se na corriqueira San Cristóbal de las Casas no estado de Chiapas, no México. Turistas dialogavam, fotografavam e filmavam os rebeldes que haviam ocupado a cidade (ALTMANN, 1998: 183). O grupo denominado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), constituído por indígenas da região, deflagrou sua ação “coincidentemente” no mesmo dia da assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC), ou Nafta (North American Free Trade Agreement).

O estado de Chiapas protagonizou um processo de modernização econômica, em especial a partir da década de 1960, o qual ocorreu basicamente em três ondas: a primeira ocorreu com a substituição da produção camponesa, caracterizada pelo cultivo do milho para consumo próprio e pelo cultivo do café; a segunda efetivava-se na expansão da produção pecuária; a terceira caracterizava-se pela intensificação da exploração do petróleo e de hidrelétricas, pois a região possui várias reservas de petróleo e potencial hídrico para a geração de energia elétrica. Além disso, a floresta sofre com a extração de árvores nobres para a exportação. Arellano (2002: 21) ressalta que Chiapas foi vítima de uma modernização que não alterou a estrutura social. O desenvolvimento de grandes cafezais requeria o trabalho indígena, com a consequência da fragmentação, do aprofundamento e da pauperização do tecido social indígena.

A partir de 1977, o presidente José López Portilla estabeleceu a alteração do artigo 27 da Constituição do México com o objetivo de criminalizar a ocupação de terras e criar os instrumentos legais para desenvolver a política de repressão aos movimentos camponeses e indígenas (ARELLANO, 2002: 31).

A agricultura do país passou por mais uma alteração: os segmentos dominantes do campo associaram-se aos setores comercial e financeiro, influenciando o processo de modernização do México. Cabe destacar a inter-relação entre a alteração da Constituição e o surgimento do EZLN. A mudança possibilitou a privatização das terras indígenas, contribuindo com a expansão do capital sobre essas áreas, o que agravou os problemas sociais. O EZLN surgiu como resistência das comunidades indígenas a esse processo.

O México, sobretudo o estado de Chiapas, inserido no cenário de globalização capitalista e neoliberal, aprofundou a exploração privada dos recursos naturais, como, por exemplo, hidrocarbonetos, represas, bioprospecção e mineradoras por empresas transnacionais. O Estado, agente crucial no processo de regulação dos direitos dos povos indígenas, estimulou a

penetração do capital transnacional sobre o território indígena, rico em recursos naturais. As políticas de proteção, acompanhamento e defesa territorial dos índios foram desmanteladas (LLANCAQUEO, 2005: 81).

Frente a essa realidade, a luta das comunidades indígenas pela territorialidade foi marcada pelo viés reivindicatório: a autodeterminação e preservação da biodiversidade. A contenda das comunidades autóctones incorporou a discussão da biodiversidade e interagiu com os códigos discursivos dos ecologistas para defender e legitimar suas demandas territoriais, fato esse que enriqueceu sua conceituação (LLANCAQUEO, 2005: 91). Dessa forma, o zapatismo traz no arcabouço teórico a questão da autodeterminação das comunidades indígenas e a preocupação com a preservação dos recursos naturais da Selva Lacandona.

Apesar disso, não podemos creditar a origem do EZLN apenas à formação de um movimento de resistência à modernização capitalista da agricultura. Aos fatores econômicos que contribuíram com a gestação do movimento, acrescentam-se elementos étnicos e políticos. O estado de Chiapas é constituído majoritariamente por indígenas, sendo os maiores grupos os lacandones, tzeltales, tojolabales, tzotziles, zoques e choles, e um terço da população não fala a língua espanhola. Essa população vive espremida entre a pobreza das comunidades indígenas e as grandes fazendas de exportação (WASSERSTROM, 1992).

A migração de segmentos sociais para a Selva Lacandona a partir da década de 1950 é um relevante fator constitutivo de experiência histórica das comunidades indígenas, que serviram de parâmetro à formação do movimento. O desdobramento social do processo de migração para a Selva Lacandona foi a configuração de uma nova sociedade indígena, multiétnica, com costumes e relações de parentescos mais flexíveis. A sociedade formada na selva em virtude da mistura cultural e da quebra da ordem social expressa uma nova cultura capaz de influenciar a organização indígena em defesa dos direitos e de melhores condições de vida das comunidades. Na base desse processo estão o surgimento da prática do casamento entre etnias distintas, que na cultura tradicional não era admitido, a fluidez linguística³ e a organização política da região ocupada.

Além da composição de uma nova configuração cultural que determinou o estabelecimento de laços mais estreitos entre as comunidades, uma vez que as “diferenças” étnicas foram amenizadas em virtude dos casamentos e da interação linguística, pode-se

³ O encontro étnico fomentou a dinamização linguística. Grupos indígenas passaram a dominar várias línguas indígenas, dessa forma incrementaram o diálogo entre as comunidades.

destacar o fator religioso como um relevante componente na sociedade que emergiu na Selva Lacandona. A Igreja Católica acompanhou o processo de migração e constituição das comunidades indígenas, tornando-se uma referência não só religiosa, mas também política, na medida em que contribuiu na formação de organizações indígenas (WOMACK, 1998).

Em 1974, a Igreja de Chiapas promoveu o Congresso Indígena, no qual foram discutidos os principais problemas enfrentados pela população, e o encaminhamento no sentido de pressionar o Estado para solucioná-los. No entanto, desde a década de 1960, com a chegada de Dom Samuel Ruiz à Diocese de San Cristóbal de las Casas, a Igreja desencadeou trabalho pastoral baseado na valorização da cultura e no fomento à organização indígena. Nesse sentido, foram formados milhares de catequistas, que exerciam atividades não apenas religiosas, mas também desempenharam o papel de “lideranças” nas comunidades (WOMACK, 1998).

Esse processo de conscientização das comunidades indígenas, cujo objetivo era também proliferar várias associações e cooperativas, serviu como base para a constituição de um segmento de jovens lideranças nas comunidades, que, descontentes com os resultados da estratégia de atuação centrada no diálogo com Estado, resolveram aderir à luta armada (DEVOS, 2002).

O encontro com a “luta armada”, ou melhor, o surgimento do EZLN ocorreu na década de 1980, na convergência do interesse de comunidades de se defenderem da violência empregada pelos grandes proprietários de terras e a presença de um pequeno grupo guerrilheiro. No encontro desses dois grupos, os guerrilheiros submeteram-se à organização indígena (GADEA, 2004). Na realidade, entre a chegada dos guerrilheiros à Selva Lacandona em 1983 e a constituição do movimento, o grupo liderado por Marcos sofreu um processo de adaptação e inserção na cultura indígena de tal modo que foram aceitos pelas comunidades.

A partir do enlace dos guerrilheiros com as comunidades em decorrência da carência dos indígenas “aprenderem” a se defender. A relação evoluiu na perspectiva da construção do movimento alicerçado na cultura das comunidades. Nesse contexto, o EZLN submeteu-se a uma instância superior, o Comitê Revolucionário Clandestino Indígena, constituído pelas lideranças comunitárias.

É pertinente ressaltar o valor da palavra na cultura comunal. As lideranças fazem a mediação política da comunidade com a sociedade, sendo a Assembleia Comunal o local apropriado para a prática do discurso e das discussões coletivas, onde se constitui o consenso

(ALTMANN, 1998: 190). Precisamente, essa concepção de ator social, somando-se a essa o processo de formação política da Igreja nas comunidades, “ofereceu” as condições necessárias ao desenvolvimento de um segmento de lideranças indígenas que assumiram uma postura política mais incisiva mediante a realidade desfavorável: a luta armada.

Como decorrência dessa relação do ideário do movimento com a cultura indígena, a reivindicação de autonomia política pelas comunidades indígenas, juntamente com a degradação das questões econômicas, contribuíram com a formação do movimento. A autonomia indígena significa autodeterminação das comunidades frente ao Estado.

Nesse processo a centralidade das decisões políticas para as comunidades indígenas é o coletivo: a Assembleia Comunal tem o caráter de elaborar as decisões e nomear as lideranças que fazem a mediação com a “sociedade externa” (ALTMANN, 1998: 190). Por isso, o EZLN é um movimento heterodoxo. A sua pauta reivindicatória não prevê a mudança dos meios de produção ou a tomada do poder por uma vanguarda organizada. Exige autonomia política para as comunidades indígenas, ressignificando o conceito de democracia aristotélico, ou seja, cobra a autodeterminação frente ao Estado.

Na realidade, as comunidades indígenas de Chiapas deparam-se com o sistema político mexicano de tradição caciquista, semelhante ao clientelismo presente na política brasileira. A democracia restringe-se praticamente à participação nos processos eleitorais, os quais geralmente são hegemonzados pelos grupos econômicos e políticos dominantes, bloqueando a participação da população em outros espaços de organização da vida política da sociedade, como, por exemplo, o controle da população sobre o orçamento e o Estado e a construção de políticas públicas na área socioeconômica.

De fato, os antecedentes culturais, sociais e econômicos apresentados fizeram-se presentes na madrugada de 1º de janeiro de 1994 em Chiapas. O EZLN ocupou a sede da Prefeitura Municipal de San Cristóbal de la Casas e ocupou também as cidades de Las Margaritas, Chanal, Altamirano e Ocosingo. Ao final da ação, os indígenas haviam ocupado 25% do território chiapaneco, uma área de 18.400 Km², que possuía 373.000 habitantes, mobilizando mais de mil combatentes (GADEA, 2004: 118). No entanto, ao final da tarde do dia 2 de janeiro, o Exército Federal Mexicano, com efetivo de três mil soldados, retomou a cidade de San Cristóbal de las Casas.

Ao longo de 12 dias que se seguiram à eclosão da rebelião, em face ao iminente massacre em virtude da fragilidade do poder bélico dos insurretos, o presidente Salinas de Gotari ordena o cessar fogo, abrindo as negociações de paz com o movimento mediada pelo bispo Dom Samuel Ruiz na Catedral de San Cristóbal de Las Casas. As discussões se estenderam até junho, resultando na recusa dos neozapatistas dos termos propostos pelo governo e na divulgação da Segunda Declaração da Selva Lacandona, onde propunha a realização de uma convenção democrática nacional para eleger um governo de transição, provisório, até a realização de nova eleição.

Faz-se necessário uma Convenção Democrática Nacional da qual emane um governo provisório ou de transição, seja através da renúncia do Executivo Federal ou através da via eleitoral. Convenção Democrática Nacional e Governo de Transição devem desembocar numa nova Constituição sob cujas regras serão convocadas novas eleições. A dor que este processo provocará ao país será sempre menor do prejuízo que pode ser produzido por uma guerra civil. A profecia do sudeste vale para todo o país, podemos aprender do que já ocorreu e tornar menos doloroso o parto do novo México (GENARI, 1999: 87).

A trégua do Estado durou poucos meses. Em 9 de fevereiro de 1995, o presidente Ernesto Zedillo rompeu o “cessar fogo”. O Exército Federal fez-se presente de forma mais significativa na região, ocupando os municípios “rebeldes”. Porém, a ofensiva militar do governo que representou a estratégia do Estado de responder às demandas das comunidades indígenas com a militarização do conflito não isolou politicamente o movimento. Longe disso, contribuiu para o estabelecimento de uma rede de apoio ao EZLN que contribuiu para a continuidade da resistência indígena até o presente momento.

Por fim, cabe salientar que as reivindicações do EZLN expressavam demandas históricas das comunidades, como, por exemplo, a constituição de uma rede de saúde e educação que atendesse a população indígena e a revogação da alteração do artigo 27 da Constituição que, após a reforma constitucional, passou a permitir a comercialização de terras pertencentes às comunidades indígenas. No campo político, o movimento exigia a autonomia das comunidades.

Considerações finais

A globalização da agricultura impactou diretamente no modelo produtivo agrário latino-americano. A conexão do processo de expansão mundial de capital financeiro e industrial com o setor primário foi crucial para o desenvolvimento da agricultura baseada na incorporação da ciência, inovações tecnológicas, insumos da indústria e financeirização da produção. Junto a esse contexto, surgem os complexos agroindustriais dos impérios alimentares, como sinaliza Ploeg (2008).

Como resistência a esse cenário histórico, conflitos no campo se multiplicaram na América Latina. O presente trabalho apresentou o estabelecimento de uma das principais experiências sociais da região: o EZLN. A questão posta na centralidade dessas lutas sociais está a questão da terra, pois o território camponês e indígena foi fustigado pelo avanço da territorialização da agricultura globalizada.

Junto à constituição identitária do sujeito zapatista, emergiu o ideário que norteou as ações coletivas do grupo. Esse conjunto de ideias que configuram as interpretações do passado, da realidade vivida e da expectativa de futuro é mediado pelo processo de dialética da resistência. O movimento produziu a inteligibilidade do mundo a partir da articulação de saberes populares, científicos e suas experiências de organização coletiva.

No EZLN a religiosidade foi um elemento central para a coesão política e desenvolvimento de ações coletivas. Os catequistas formados pela Igreja Católica criaram associações e cooperativas na Selva Lacandona enquanto um instrumento organizativo das comunidades, fortalecendo a capacidade de resistência e criando as condições subjetivas e políticas para a radicalização do conflito.

Por fim, podemos afirmar que o EZLN foi produzido a partir da interação com o processo de mundialização: a globalização da agricultura. No entanto, isso não significa que a explicação histórica desse sujeito social seja exterior ao contexto social ao qual pertenciam. Longe disso, o EZLN é fruto de uma história marcada pelo colonialismo que produziu profundas contradições agrárias nos territórios, sendo agudizadas pelo advento da modernização capitalista na segunda metade do século XX.

Referências bibliográficas

- ARELLANO, A. B. Y (2002). *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrábio Editora.
- CENTRO DE INFORMACIÓN Y ANÁLISIS DE CHIAPAS (1997). *Chiapas em cifras: para entender Chiapas*. México - DF: Ciach.
- CONRAD, Sebastian (2019). *O que é história global*. Lisboa: Edições Almedina.
- DE VOS, J (2002). *Una tierra para sembrar sueños*. México - DF: FCE.
- ELIAS, D (2002). Globalização e agricultura no Brasil. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 23-32, jul./dez.
- ELIAS, D (2003). *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto - SP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- GENARI, E [s/ed.]. *Terra e Liberdade: o grito de Zapata corre o mundo*. São Paulo, .
- FERNANDES, F (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.
- GADEA, C (2004). *Acciones Coletivas y modernidad*. México: UNAM.
- IANNI, O (1979). *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, O (1996). *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIMA, Henrique Espada (2015). No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul./dez.
- LLANCAQUEO, V. T (2005). Políticas indígenas y derechos territoriales en América Latina: 1990-2004. In: DÁVALOS, P. (Org.). *Pueblos indígenas, estado y democracia*. Buenos Aires: Clasco.
- MÉXICO (2020). *Programa de Certificación de Derechos Ejidales y Titulación de Solares*. Disponível em: <http://www.pa.gob.mx/Procede/info_procede.htm#definicon>. Acesso em: 15 mar.
- MORENO, J. M (2001). *México, un pueblo testimonio: los índios y la nación en nuestra América*. México - DF: Plaza y Valdés.
- OLIVEIRA, A. U (1991). *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2. ed. Campinas - SP: Papirus.
- PIÑEIRO, D (2004). *En busca de la identidad: la acción colectiva en los conflictos agrários*. Buenos Aires: Clasco.

- PLOEG, J. D (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- PORTO-GONÇALVES, C. W (2017). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ROSSET, P (2004). O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, M. D. (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo.
- TANAKA, L. S (2004). A reforma agrária mexicana: do ejido à privatização. In: MARTINS, M. D. (Org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo.
- TOURAINÉ, Alain (1994). *Crítica da modernidade*. Petrópolis - RJ.
- URZÚA, G. C (1994). *EZLN: el ejército que salió de la selva*. México - DF: Planeta.
- WASSERSTROM, R (1992). *Clase y sociedad en el centro de Chiapas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- WOLF, E (1984). *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global.
- WOMACK, J (1998). *Chiapas: El obispo de San Cristóbal y la revuelta zapatista*. México: Cal y Arena.